



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2015 **(Do Sr. Nelson Marchezan Júnior)**

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Finanças e Tributação, para debater a decisão do Tribunal de Contas da União sobre a infringência, por parte do Governo, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater a decisão do Tribunal de Contas da União sobre a infringência, por parte do Governo, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme apontado pelo Tribunal de Contas da União, com os seguintes convidados: Arno Hugo Augustin Filho (Secretário do Tesouro Nacional); Jorge Fontes Hereda (Presidente da Caixa Econômica Federal); e Aldemir Bendine (Presidente do Banco do Brasil).

JUSTIFICATIVA

Conforme notícia veiculada hoje pelo Jornal Estadão, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, relatório concluindo que o governo federal cometeu crime de responsabilidade fiscal. A violação da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF restou caracterizada em razão do adiamento de repasses ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao BNDES, medida

adotada com o objetivo de melhorar os resultados fiscais entre 2012 e 2014. Essa prática ficou conhecida como uma “contabilidade criativa” ou “pedalada fiscal”. Transcrevo, abaixo, a matéria, na íntegra:

“TCU diz que governo cometeu crime de responsabilidade fiscal.

Decisão pode fortalecer intenção da oposição, que analisa pedido de impeachment de Dilma; manobra, conhecida como ‘pedalada fiscal’, usou recursos de bancos públicos para inflar artificialmente resultados do governo e melhorar as contas da União.

BRASÍLIA – O Tribunal de Contas da União (TCU) declarou não haver mais nenhuma dúvida de que o governo Dilma Roussef incorreu, de fato, em crime de responsabilidade fiscal, ao utilizar recursos de bancos públicos para inflar artificialmente seus resultados e melhorar as contas da União. As operações, que contrariam frontalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, passaram a ser conhecidas como ‘pedaladas fiscais’.

‘Não tenha dúvida. Há um descumprimento de lei. Um banco público não pode emprestar dinheiro para o governo. É como se você estivesse devendo no seu cheque especial, e o governo não pode ter esse cheque especial’, disse o relator do processo do TCU, José Múcio. ‘Faltou dinheiro e a conta foi paga por terceiros’. Nos cálculos do TCU, mais de R\$40 bilhões foram sacados pelo governo das contas do Banco do Brasil, Caixa e BNDES, para engordar a contabilidade fiscal e se aproximar da meta de superávit primário, a economia feita para o pagamento dos juros da dívida pública.

*Na prática, a decisão do plenário do TCU sobre as ‘pedaladas fiscais’ pode fortalecer a intenção da oposição, que analisa um possível pedido de impeachment de Dilma por ‘crime de responsabilidade’. Após as manifestações do dia 12, o PSDB pediu ao ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior que avaliasse a possibilidade. Ao **Estado**, Reale Júnior disse que o seu parecer não se refere, na prática, ao impeachment, mas sim à avaliação se houve um crime comum para a solicitação de uma eventual ação penal. “O ponto nuclear é a análise das ‘pedaladas fiscais’ detectadas no TCU”, disse.*

(...)

Explicações. *Em decisão tomada nesta quarta-feira, 15, pelo plenário do TCU, 17 autoridades do governo Dilma Roussef terão de explicar essas operações. O ministro José Múcio Monteiro deu 30 dias de prazo improrrogável, para que todos prestem informações sobre as irregularidades nas contas. Caso sejam condenadas, as autoridades podem ser alvos de multas e processos por crime de responsabilidade. O TCU tenta identificar quem deu a ordem para as ‘pedaladas’. Perguntado se a presidente Dilma poderia ser chamada a dar explicações, Múcio disse que essa possibilidade ‘não é avaliada’.*

Mas o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, entrou para a lista de convocados para prestar esclarecimentos sobre a utilização de dinheiro de bancos públicos pelo governo. Além de Tombini, a corte de contas que ouvir explicações do atual presidente da Petrobrás e ex-presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine.

Também estão listados o ex-ministro da Fazenda Guido Mântega; o ex-secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin; o atual ministro do Planejamento, Nelson Barbosa; o ministro do Trabalho, Manoel Dias; o ex-presidente da Caixa Jorge Hereda, e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

As 'pedaladas' no Banco do Brasil envolveriam, por exemplo, recursos para subsidiar juros baixos em financiamentos de produtores rurais e incentivos a exportadores. A situação motivou a representação de acionistas minoritários do banco ao TCU para que a situação fosse apurada.

Banco Central. *Presente na sessão plenária do TCU, o procurador-geral do Banco Central, Isaac Ferreira, disse que o BC não tem, por competência, a tarefa de detectar as irregularidades fiscais que foram cometidas pelo governo. Ferreira também fez questão de gfrisar que Alexandre Tombini não é alvo de investigações ou acusações de irregularidades, mas foi chamado apenas para prestar esclarecimentos. 'O Banco Central não tem competência para captar irregularidades fiscais, nem para punir bancos que porventura foram acusados de cometer irregularidades fiscais', disse Ferreira.*

Segundo o procurador, o BS não é órgão de execução da política fiscal, não ordena despesa nem arrecada receita orçamentária, cabendo-lhe apenas elaborar estatísticas fiscais, 'o que é bem distinto da execução ou contabilidade orçamentária'.

*'Quanto ao mérito, tenho a convicção jurídica pessoal de que, do ponto de vista da regulação bancária, sequer enxergo elementos que caracterizem operação de crédito vedada. De todo modo, os trabalhos do TCU ainda estão em sua fase inicial e tudo se submeterá ao crivo do contraditório', afirmou Ferreira*¹. **(grifos constantes do original)**

Para o Tribunal, os atrasos de repasses da União às instituições financeiras constituem operações de crédito ao Tesouro Nacional, vez que programas e benefícios sociais do governo foram pagos antes de os recursos serem repassados. De acordo com o relator do processo, representação protocolada sob o número 021.643/2014-8 no TCU, Ministro José Múcio Monteiro, o dinheiro dos bancos públicos só pode ser usado depois do repasse e *"deixar de inserir no respectivo crédito orçamentário o montante da operação de crédito pode constituir atitude tendente a burlar referida vedação constitucional, pois não será possível verificar [...] o total das receitas de operação de crédito que se pretende auferir ao longo do exercício financeiro"*.

Nos cálculos da Corte de Contas, que concedeu prazo de 30 dias para que 17 autoridades se manifestem, mais de R\$40 bilhões foram sacados pelo governo das contas do Banco do Brasil, Caixa e BNDES, com o objetivo de reduzir o saldo negativo das contas públicas.

Ante o exposto, considerando a imprescindibilidade da presença dos Senhores Arno Hugo Augustin Filho (Secretário do Tesouro Nacional); Jorge Fontes Hereda (Presidente da Caixa Econômica Federal); e Aldemir

¹ Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-diz-que-governo-cometeu-crime-de-responsabilidade-fiscal,1670602>

Bendine (Presidente do Banco do Brasil) para se manifestarem acerca da conclusão do Tribunal de Contas da União sobre a infringência da Lei de Responsabilidade Fiscal por parte do governo, em razão do adiamento de repasses aos bancos públicos, espero pronto deferimento do presente requerimento para o que conto com o apoio dos meus Pares, nesta Comissão.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado NELSON MARCHEZAN JÚNIOR
PSDB/RS